

**Publicada no DEJT em 11/06/2018**

**ATA DE REUNIÃO**  
**Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

Em 20 de abril de 2018, às dez horas, na sala de reuniões da Unidade Administrativa I, do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, localizada no andar Mezanino do Edifício Millenium, à Avenida Marquês de São Vicente, 121, Barra Funda; reuniram-se sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga, a Exma. Sra. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, a Exma. Sra. Juíza Regina Celi Vieira Ferro, o Exmo. Sr. Juiz Milton Amadeu Junior, a Exma. Sra. Juíza Vanda Ferreira da Cruz e os servidores, André Higuti representando Alan Santos Silva, Daniela Louise da Serra Ogata, Débora Forlin Granja, Dulcinéa Lima de Jesus Figueiredo, José Anchieta representando Aline Maria de Castro Silva Rossi, José Henrique Rocha Venâncio, representando Gilda Garcia, Jurandi França dos Santos, Kátia Regina Cezar, Leila Dantas representando Eduardo Antonio Engholm Cardoso, Luciano de Souza Paiva, Luis Carlos de Paula Reseck, Luiz Felipe Furtado Fernandes, Marcus Vinícius da Silva Batista, Rodrigo Correa da Cunha e Silvia Ramos Mathiasi. Presentes os servidores da Seção de Acessibilidade: Eliana Maiellaro, Ingrid Sotanyi, Joel Eduardo de Oliveira Junior, Luiz Fernando de Paula Pereira e Thais Tie Myasaki.

Ausentes justificadamente, os servidores Alexandre Aguenta Arakaki, Anna Soghomonian, Cláudia Dantas de Almeida Moniak, Daniela Ferrari Kovács, Dárcio Reges Tomazelli, Gilza Mara Branco Rosa, Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, Jorge Costa Silva, Odair Pinto de Oliveira, Saulo Mazzer Bossolan e Vanessa Spadotto Alves.

O Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga deu início a reunião, agradecendo a presença de todos.

Cientificou-se os presentes sobre os cursos referentes às Ações de Inclusão da Pessoa com Deficiência, entre eles, Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho, Reunião da Câmara Paulista de Inclusão, Videoconferência do Espaço da Cidadania com a OIT e Aplicação da CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade e Saúde) em processos judiciais, cursos a serem realizados que poderão fornecer subsídios para a atuação da

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão deste Egrégio Tribunal.

Em seguida, foi dada ciência aos presentes sobre palestra que tratou de acessibilidade ministrada no Curso de Formação Inicial aos Novos Servidores realizada em 03 de abril de 2018.

Noticiou-se sobre a realização do curso “Novo Conceito de Pessoa com Deficiência”, que ocorrerá no dia 29 de junho de 2018 das 14:00 às 18:00 horas, no auditório do primeiro subsolo do Fórum Ruy Barbosa, a ser ministrado pela Excelentíssima Senhora Dra. Izabel Maria Loureiro Maior, Professora da Faculdade de Medicina da UFRJ e membro do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro. O curso abordará assuntos relevantes acerca dos direitos das pessoas com deficiência, com o fim de capacitação de servidores das diversas áreas que avaliam questões relacionadas a essas pessoas no âmbito deste Tribunal.

Em seguida, cientificou-se os presentes sobre o Curso “Acessibilidade e Inclusão no Ambiente Jurídico”, um curso autoinstrucional com carga horária de 20 horas, desenvolvido pela socióloga e autora Marta Gil, consultora na área de inclusão de pessoas com deficiência e Coordenadora Executiva do Amankay Instituto de Estudos e Pesquisa, do qual haverá uma turma piloto inicial, através da EJUD.

Discutiu-se sobre a necessidade de alteração da Portaria GP nº 31/2015 em relação ao novo conceito de pessoa com deficiência nos termos da Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015 bem como no que se refere a avaliação biopsicossocial da deficiência, devendo ser observado o procedimento constante do artigo 18 da Resolução nº 230/2016 do Colendo Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, foi dada ciência aos presentes sobre a Resolução nº 218/2018 do Colendo Conselho Superior da Justiça do Trabalho publicada em 03/04/2018 que "dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus para atendimento de pessoas surdas ou com deficiência auditiva”.

A próxima reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão está agendada para o dia 18/05/2018.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Sem mais, a sessão foi encerrada.

***DESEMBARGADOR ALVARO ALVES NÓGA***